

03 SET 1992

Joelmir Beting

07 1992

“Antes, não pagava impostos porque estava no vermelho. Agora, não pago porque estou no preto.”

Charge de Luscar, em O Estado de S. Paulo (28-8-92)



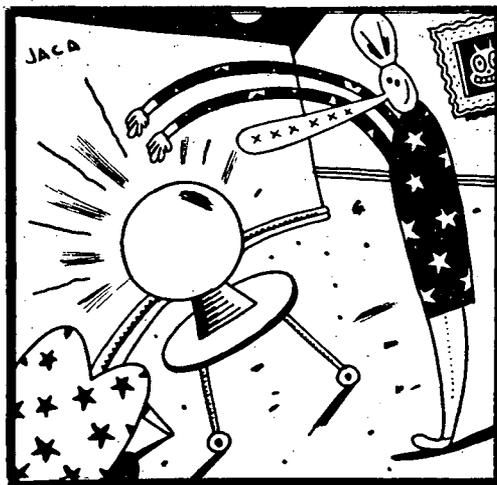
Orçamento A bola de cristal

Conseguimos. A economia brasileira, carestia de 1.000% ao ano, acaba de penetrar na contabilidade financeira do quatrilhão, último dos planetas na galáxia da inflação. Em cruzeiros de agosto, é de Cr\$ 1,2 quatrilhão o novo Orçamento Geral da União.

□□□ Orçamento provisório, com certeza. A amarração final das contas de receita e despesa vai depender da aprovação (ou não) da reforma fiscal em gestação no próprio Congresso Nacional. Sem essa reforma, ainda que do tipo meia-sofa, a proposta orçamentária para o ano que vem já nasce com um buraco lunar de 2% do PIB — algo parecido com US\$ 8,4 bilhões, também em valores de agosto. O ajuste fiscal embutido na reforma tributária (que dá carona a mudanças estruturais na Previdência) prevê um reforço líquido de US\$ 12 bilhões. O que daria uma folga de US\$ 3,6 bilhões.

□□□ Por enquanto, o Orçamento da União não passa de uma simples carta de intenção. Como sempre, na linha da austeridade administrativa: corte real de 22% na coluna melindrosa da despesa. Claro, se a economia crescer de 3% de janeiro a dezembro de 1993 e se a inflação passar do aclave nos próximos 15 meses. Em economia inflacionada, submetida a variáveis heterodoxas, projetar receitas e despesas públicas exige o competente concurso de uma bola de cristal.

□□□ Não bastassem os azares da economia, agora dando carona aos choques



da política, o Orçamento da União não tem como escapar de um autêntico corredor polonês no interior do Congresso. Ano passado, por exemplo, a Comissão Mista do Orçamento teve de ruminar 72 mil emendas. Ou 123 emendas, em média, para cada parlamentar. Quase todas, claro, puxando o elástico das despesas.

□□□ Única certeza: a carga fiscal bruta da economia não deve passar de 20,4% do PIB — se aprovado o novo orçamento com casca e tudo. Se sair o ajuste fiscal, no figurino proposto pelo Executivo, ela deve aproximar-se de 25%. Em 1990, estava em 26,5%. Ano passado, 20,5%. Este ano, 18,7%. Descontados a sonegação, a evasão e os atrasados, a coisa murcha para 9,5%. Eis o fundo do poço do desajuste fiscal. Haja Itamar.